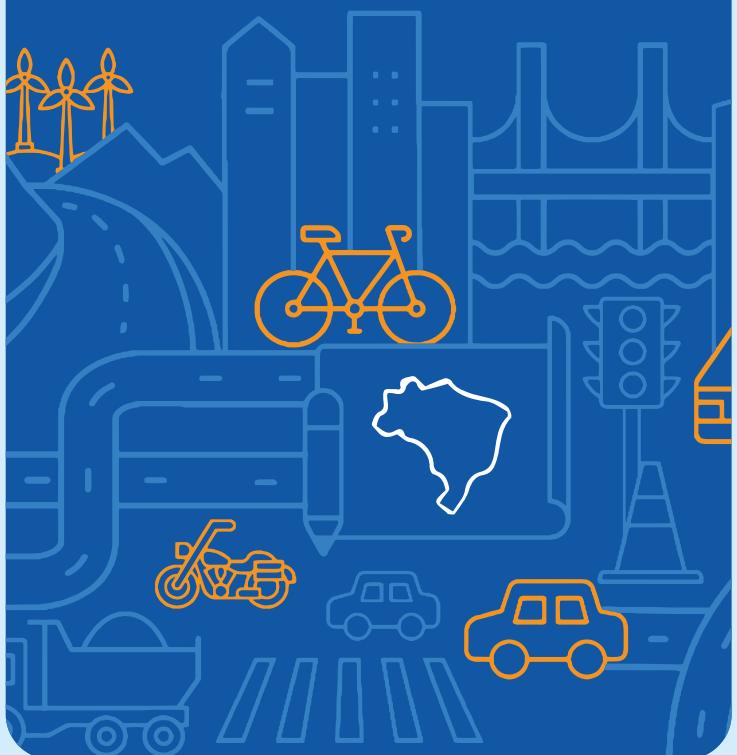


Todos os caminhos levam ao Brasil

O Ministério dos Transportes está abrindo caminhos para o Brasil avançar, recolocando o investimento em infraestrutura como política de Estado. Apresentamos oportunidades que totalizam R\$ 341 bilhões em 4 anos, para 44 novos projetos de concessões rodoviárias.

Avançamos no aperfeiçoamento dos estudos e de instrumentos regulatórios e na qualidade. Novos mecanismos de mitigação de riscos, com o objetivo de ampliar a base de investimentos privados, vão somar esforços aos recursos públicos que serão aplicados na construção de um ambiente institucional e regulatório que transformará a infraestrutura de transportes no Brasil, de forma robusta, sustentável e eficiente.

Dentro deste cenário, apresentamos ao mercado nacional e internacional o pipeline de projetos de concessões do Governo Federal, destacando oportunidades de investimento em empreendimentos Rodoviários no Brasil.



ESTRUTURA DO Ministério dos Transportes



Regulação e Fiscalização

31* Concessionárias
privadas

15.796 km



Gestão direta de
60 mil km
de malha



Estruturadora
de Projetos

FLUXO DE UM PROJETO DE Concessão de Rodovias



Elaboração dos estudos de viabilidade técnica e financeira

Modelo Econômico Financeiro
Estudos de Engenharia
Minutas de Contrato, Edital e Programa de Exploração da Rodovia



Realização de Audiência Pública (AP)

Franqueada aos interessados, com o objetivo de tornar público, colher sugestões e contribuições aos estudos e documentos



Aprovação do Plano de Outorga

Consolida as diretrizes para a política de outorga adotada e sintetiza a modalidade operacional e as condições de desestatização para o projeto de parceria objeto da estruturação



Análise do Controle Externo (TCU)

Fiscalização prévia de desestatização realizados pelo Poder Público pelo Tribunal de Contas da União - TCU.
Segurança jurídica



Publicação do Edital

Instrumento convocatório que estabelece previamente os requisitos para ampla participação em iguais condições



Realização de Leilão

Modalidade de Licitação de Concorrência
Critério de julgamento: menor tarifa e previsão de aporte a partir de 18% de deságio



BNDES



INFRA S.A.



MINISTÉRIO DOS
TRANSPORTES

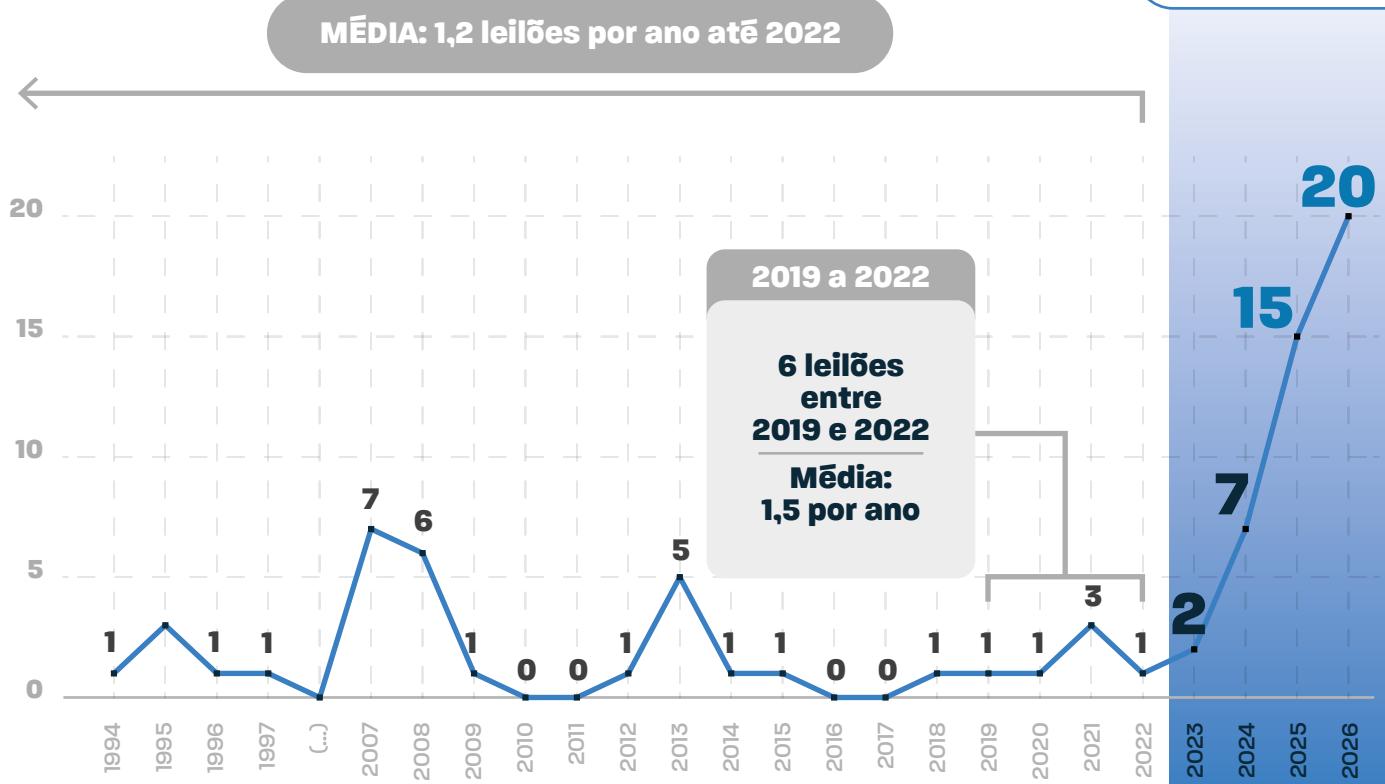


HISTÓRICO

Leilões no Brasil



Número de Leilões



LEILÕES

Informações Financeiras



Capital Social Mínimo Obrigatório: Máximo entre 15% do Fluxo de Caixa (FCFF) negativo projetado e a necessidade de caixa dos dois primeiros anos, sendo que 50% é integralizado à título de primeira parcela.

Caso ocorra captação líquida de capital de terceiros para o Aporte de Recursos Vinculados (acima de 18% de deságio) antes da assinatura do Contrato, o capital social a ser subscrito e integralizado será reduzido proporcionalmente ao valor de captação líquida de capital de terceiros até o limite de 50% (cinquenta por cento) do valor relativo ao Aporte de Recursos Vinculados.

Considera-se captação líquida de capital de terceiros a diferença entre:

- a. os recursos financeiros transferidos para a Concessionária oriundos de contratos de abertura de crédito, emissão de debêntures, nota promissória, entre outros, estabelecidos pela Concessionária com parte não relacionada ao seu grupo econômico, com prazo superior a 2 anos; e
- b. pagamentos feitos a título de juros, amortização e encargos de dívidas ou empréstimos assumidos pela Concessionária.

Garantia da Proposta: 1% do Valor Presente Líquido - VPL (receita)

Poderá ser prestada em dinheiro, títulos da dívida pública, título de capitalização, seguro garantia ou fiança bancária.

Vigência de no mínimo 1 ano a contar da Data de Recebimento dos Envelopes.

Garantia de Execução do Contrato: garantia do fiel cumprimento das obrigações contratuais.

5% do VPL (receita) até a conclusão das Obras de Ampliação de Capacidade e Melhorias descritas no PER e nos 2 últimos anos do contrato.

2,5% do VPL (receita) no restante do período.

A redução do valor da Garantia de Execução do Contrato está condicionada à conclusão das Obras de Ampliação de Capacidade e Melhorias e Obras de Manutenção de Nível de Serviço descritas no Programa de Exploração da Rodovia - PER.

FINANCIAMENTO de Concessões Rodoviárias BNDES



O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social é uma instituição financeira pública brasileira que promove o desenvolvimento econômico e social, apoiando projetos de infraestrutura para o crescimento sustentável e melhoria da qualidade de vida.

O BNDES financia concessões rodoviárias federais, oferecendo suporte por meio de sua equipe do Departamento de Infraestrutura e Concessões Rodoviárias (AINFRA/DECRO).

Formas de apoio:

- Bndes finem
- Bndes debêntures em ofertas públicas
- Bndes garantia
- Subcrédito backstop

Taxa de juros: Composta pelo custo de captação e remuneração do BNDES.

Prazos: Até 34 anos, com desembolsos realizados conforme o progresso dos investimentos.

Volume de Dívida: Até 100% dos investimentos financiáveis, limitado a 80% dos investimentos totais, considerando a necessidade de financiamento do projeto e restrito à sua capacidade de pagamento.

Garantias:

- **Garantias mínimas:** Penhor ou alienação fiduciária das ações de emissão da SPE e penhor ou cessão fiduciária dos direitos emergentes da concessão e dos valores do sistema de contas exigidos para a operação.
- **Garantias período do pré-completion:** Em caso de identificação de riscos não mitigados, poderá exigir garantias adicionais, como fiança corporativa, fiança bancária ou compromisso de aporte de capital (ESA), entre outras.

DEBÊNTURES

Incentivadas e de Infraestrutura

Quer saber mais?

Acesse o Guia de Debêntures e
a Cartilha do Ministério dos
Transportes para orientações
nos QR Codes abaixo:



Acesse o Guia de
Debêntures

[Link de acesso](#)



Acesse a Cartilha
para conhecer os
procedimentos no
portal Gov.BR

[Link de acesso](#)

O que são?

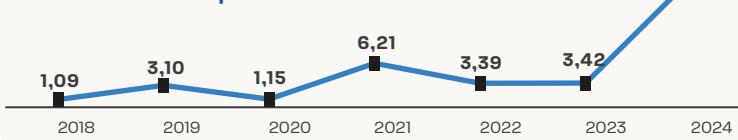
As **debêntures incentivadas** e as **debêntures de infraestrutura** são instrumentos com incentivo fiscal cujo objetivo é facilitar a captação de recursos no mercado de capitais para financiar investimentos em infraestrutura.

- ✓ Debêntures incentivadas dão incentivo fiscal para o **comprador**: isenção de IRPF e alíquota reduzida a 15% para IRPJ.
- ✓ Debêntures de infraestrutura dão incentivo fiscal para o **emissor**: dedução de 130% da remuneração paga na determinação do lucro real e da base de cálculo da CSLL

Por que emitir?

As debêntures incentivadas são um **título consolidado** no mercado brasileiro. Impulsionadas por esse sucesso, as de infraestrutura foram criadas em 2024 com diferenciais para atrair **investidores estrangeiros** e **fundos de pensão**.

R\$ 18,2 bi emitidos em debêntures incentivadas para rodovias em 2024



A nova regulamentação do Ministério dos Transportes para os dois tipos de debêntures garantiu **desburocratização**, dispensando aprovação prévia. Os **procedimentos** foram **simplificados**, dando a **segurança jurídica** e a **celeridade** necessárias para captação.

Os **novos projetos** de concessão rodoviária **já se enquadraram** nos critérios de **sustentabilidade ambiental e social** exigidos pelo Ministério para emissão de debêntures, tornando os títulos ainda mais competitivos.

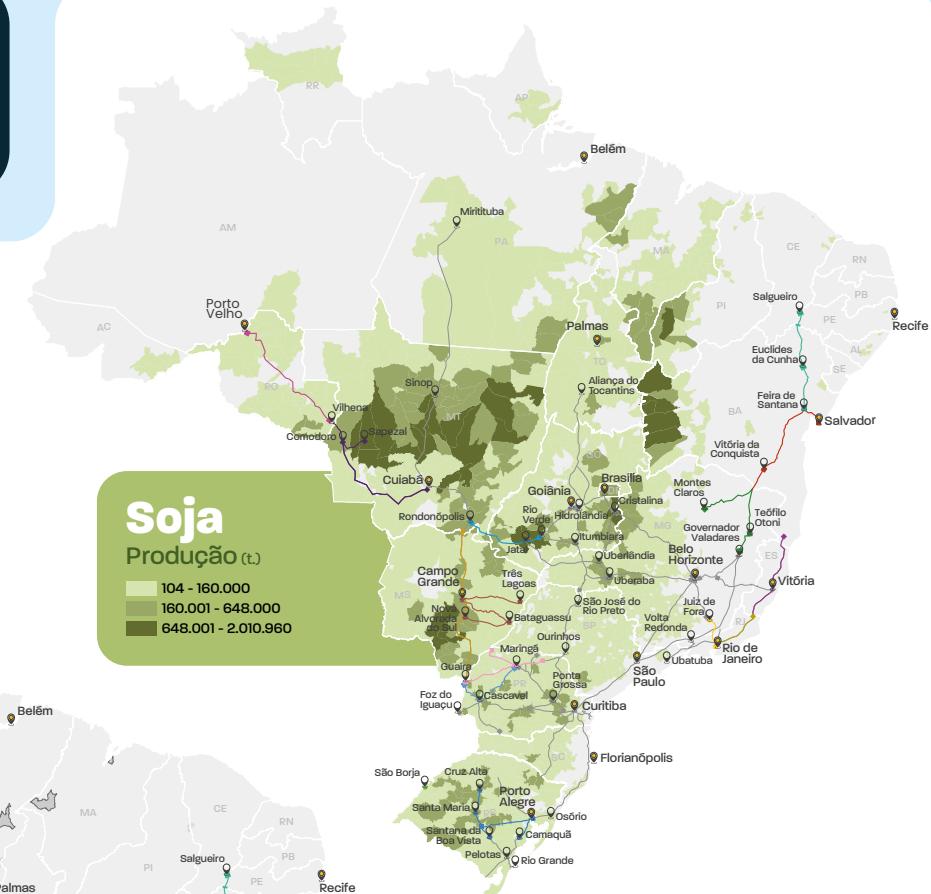
LEGISLAÇÃO REFERENCIAL:

- Lei nº 12.431/2011
- Lei nº 14.801/2024
- Decreto nº 11.964/2024
- Portaria MT nº 689/2024



CARTEIRA 2025

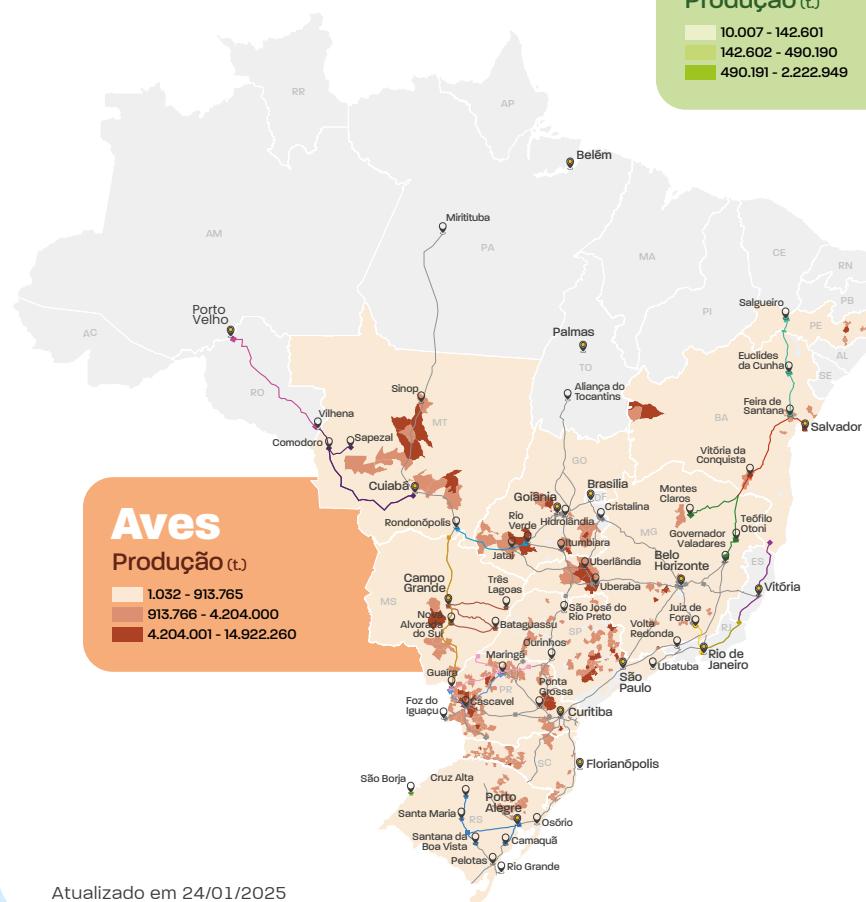
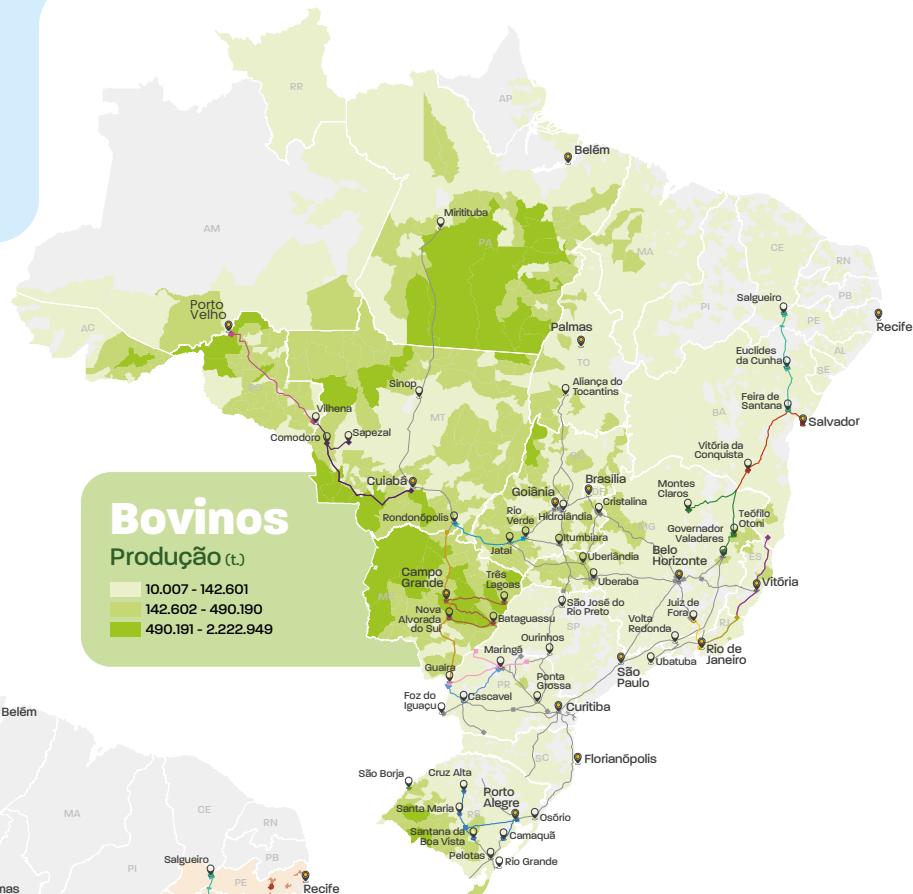
CORREDORES LOGÍSTICOS



Atualizado em 24/01/2025

CARTEIRA 2025

CORREDORES LOGÍSTICOS



Atualizado em 24/01/2025

NOVA POLÍTICA DE OUTORGAS:

PORTARIA MT NO 995, DE 17 DE OUTUBRO DE 2023

PORTARIA NO 995, DE 17 DE OUTUBRO DE 2023

- Institui a Política Nacional de Outorgas Rodoviárias no âmbito do Ministério dos Transportes e de suas entidades vinculadas
 - Busca a modernização, padronização e otimização dos contratos de concessão de rodovias federais.
 - Parâmetros de desempenho de infraestrutura e operacionais definidos, de forma padronizada, com foco na modicidade tarifária e priorizará as inovações tecnológicas e a sustentabilidade ambiental, considerando as características do ativo.
 - Previsão inovações tecnológicas que otimizem os tempos de atendimento operacionais e/ou incentivem a sustentabilidade ambiental, considerando, mas não se limitando, aos itens destacados a seguir:
 - Implantação de sistemas de pedagiamento automático de livre passagem (“Free Flow”),
 - Adoção de ferramentas e instrumentos que otimizem os tempos de atendimento operacionais e/ou reduzam custos,
 - Estímulo à transição energética da frota de veículos que utilizam as concessões, com adoção de, pelo menos, 1 ponto de recarga para veículos elétricos em cada posto de Serviço de Atendimento ao Usuário - SAU e Ponto de Parada e Descanso - PPD.
 - Previsão de realização de ações afirmativas de gênero e raça.
 - Adesão das Concessionárias às políticas públicas de caráter social estabelecidas pelo Governo Federal
- PREMISSAS GERAIS:**
- Privilégio ao princípio da modicidade tarifária em todos os Projetos de Parceria, considerando a racionalização de recursos e a sustentabilidade social e ambientalPadronização dos estudos, inclusive o modelo econômico-financeiro e documentos editálicos
 - Critério de menor tarifa para a definição do vencedor dos certames licitatórios de concessões rodoviárias, com aportes pelo licitante vencedor na Concessão, quando for ultrapassado o desconto máximo definido no projeto de parceria, proporcionais ao deságio oferecido, a fim de garantir a sustentabilidade financeira da concessão.
 - O prazo entre a publicação do Edital e a realização do Leilão, no mínimo, de 100 dias.
 - Possibilidade de previsão de aportes públicos, com o objetivo de viabilizar a execução de obras relevantes e manter a modicidade tarifária, desde que atendida as legislações específicas
 - Modelo de reclassificação tarifária, após a conclusão de obras que proporcionem maior conforto, fluidez e segurança viária aos usuários.
 - Cláusulas que estabeleçam o regramento relativo aos prazos e formas para o tratamento das revisões previstas e de eventual reequilíbrio contratual.
 - Justiça tarifária
 - Incentivo à exploração de receita extraordinária ou acessória decorrente da utilização da faixa de domínio pela própria concessionária, inclusive, e não se limitando, à comercialização de Pontos de Parada e Descanso - PPDs.

NOVA POLÍTICA DE OUTORGAS: MODELO REGULATÓRIO



Leilão

- ✓ Uso do critério “Menor Tarifa”
- ✓ Exigência de Aporte de Recursos Vinculados para deságios agressivos (maiores do que 18%)



Tarifa Justa

- ✓ Desconto Básico de Tarifa (DBT): desconto de 5% sobre a Tarifa de Pedágio para os usuários que utilizarem meios de pagamento eletrônico e identificação automática do veículo (AVI).
- ✓ Desconto de Usuário Frequente (DUF): desconto aplicado pela Concessionária sobre as Tarifas de Pedágio devidas pelos Usuários Frequentes



Resolução Célere e Técnica de Controvérsias

- ✓ Arbitragem para resolução de controvérsias relativas a direitos patrimoniais disponíveis decorrentes do Contrato e seus Anexos, ou instrumentos a ele relacionados,, nos termos do Decreto nº 10.025, de 20 de setembro de 2019
- ✓ Dispute Board: Mecanismo de gestão contratual e de mitigação de risco à regular execução do Contrato, com possibilidade de constituição de Comitê de Prevenção e Resolução de Disputas para prevenir e solucionar divergências de natureza técnica ou econômico-financeira, nos termos do art. 23-A da Lei nº 8.987 de 13 de fevereiro de 1995 e do art. 151 da Lei nº 14.133/2021.



Free Flow

- ✓ Novo clausulado permite que novas praças de pedágio a serem implantadas, conforme pontos indicados no PER, possam ser substituídas pelo Sistema Free Flow
- ✓ Garantido o equilíbrio econômico financeiro do contrato



Estabilidade Tarifária

- ✓ Previsão de Recursos Vinculados a serem depositados nas Contas da Concessão para formação de reserva de contingência da Concessão a serem utilizados para recomposição do equilíbrio contratual e inclusão de investimentos
- ✓ Fatores de reequilíbrio para antecipação, postergação e inclusão de obras, incidentes sobre a alíquota dos recursos vinculados
- ✓ Proteção especial contra eventos que podem ensejar variações tarifárias (custo de insumos, demanda e câmbio)



Qualidade dos Projetos e das Obras

- ✓ Previsão de Verificador acreditado como organismo de avaliação da conformidade: certificado de inspeção de projetos executivos, certificado de inspeção referente às obras e serviços executados nas fases de recuperação e manutenção, certificado de inspeção referente às práticas de ESG (Environmental, Social and Corporate Governance).
- ✓ Celeridade na aprovação dos projetos

NOVA POLÍTICA DE OUTORGAS: MODELO REGULATÓRIO



Regulação por incentivos

- ✓ Modulações nas obrigações financeiras em função do cumprimento do contrato
- ✓ Procedimento de aumento da Tarifa de Pedágio, de acordo com a forma e valores predefinidos no Contrato, para Trechos Homogêneos onde, no mínimo, 90% das obras de referência tenham sido concluídas

Recuperação de receita - Reclassificação Tarifária

- ✓ Novo clausulado que permite recuperação de parte da receita frustrada pelo adiamento da reclassificação tarifária
- ✓ Caso a entrega de obras passíveis de Reclasseficação Tarifária ocorra em atraso, a Concessionária poderá recuperar parte da receita frustrada pelo adiamento da Reclasseficação Tarifária.
- ✓ Atrasos superiores a 5 anos frente aos prazos estabelecidos no PER (Programa de Exploração da Rodovia) original não serão objeto de recuperação;
- ✓ A Receita Tarifária Líquida frustrada será calculada a partir do tráfego realizado, das tarifas efetivamente cobradas e as tarifas calculadas como se houvesse reclassificação, corrigida exclusivamente pela variação do IPCA entre o ano da receita frustrada e o ano da conclusão da obra



Matriz de riscos

- ✓ Alocação equilibrada de riscos, protegendo o projeto e criando incentivos para o cumprimento do contrato
- ✓ Mecanismos de proteção cambial, de risco de preço de insumos e de demanda



Sustentabilidade Ambiental

- ✓ Exigência de atendimento a parâmetros socioambientais nos investimentos (International Finance Corporation-IFC)
- ✓ Programa Carbono Zero para neutralizar as emissões da operação da Concessão
- ✓ Programa de Resiliência Climática e Responsabilidade Socioambiental



Outras inovações

- ✓ Regras claras para as hipóteses de Extinção Antecipada
- ✓ Previsão de Acordo Direto com os financiadores



Penalidades

- ✓ Listagem mais objetiva das penalidades aplicáveis
- ✓ Valores de multas proporcionais aos descumprimentos contratuais
- ✓ Critérios claros e limites para a contagem de multas moratórias

NOVA POLÍTICA DE OUTORGAS: MATRIZ DE RISCO



Riscos compartilhados

Mecanismo de Compartilhamento do Risco

Variação de Receita Tarifária

A aplicação do Mecanismo de Compartilhamento do Risco de Demanda é objetiva. Comparação entre a demanda real acumulada e a demanda de referência (EVTEA) calculado anualmente.

Variação cambial

- É decorrente de instrumento(s) de financiamento em moeda estrangeira firmado(s) nos primeiros 5 anos a partir da assinatura do Contrato, e somente poderá ser aplicado à parcela de financiamento relativa aos investimentos previstos vinculados aos Bens Reversíveis.
- Aplicabilidade apenas para o montante de principal de financiamentos em moeda estrangeira.
- Periodicidade de amortização de principal anual, semestral ou trimestral, independentemente de carência.
- Em até 12 (doze) meses contados da Data de Assunção, a Concessionária deverá informar ao Poder Concedente seu interesse em ativar o Mecanismo de Proteção Cambial.
- Uma vez ativado o Mecanismo de Proteção Cambial, a Concessionária não poderá cancelá-lo e, tampouco, acionar o Mecanismo de Compartilhamento de Risco de Preço de Insumo.

Variação dos custos de insumos

- Compartilhamento dos efeitos extraordinários de eventos que impactem exclusivamente as variações nos preços de insumos e a Receita Tarifária da Concessão, inclusive nas hipóteses de caso fortuito ou força maior
- O Mecanismo de Compartilhamento de Risco de Preço de Insumo tem a finalidade exclusiva de compensar parcialmente no reajuste da Tarifa de Pedágio, a diferença financeira entre (i) os efeitos da aplicação da variação do IRT e (ii) os efeitos da aplicação da variação do ICR, visando a refletir a atualização monetária dos custos incorridos pela Concessionária para a execução do Contrato.
- Em até 24 (vinte e quatro) meses contados da Data de Assunção, a Concessionária deverá informar à ANTT seu interesse em ativar o Mecanismo, definindo o percentual escolhido, limitado a 30% (trinta por cento) da Receita Tarifária da Concessionária
- Uma vez ativado o Mecanismo, a Concessionária não poderá cancelá-lo, alterar o percentual de compartilhamento escolhido e, tampouco, acionar o Mecanismo de Proteção Cambial.
- Como condição para aplicação do Mecanismo, no mínimo 90% (noventa por cento) das Obras de Ampliação de Capacidade e Melhorias previstas no PER deverão estar concluídos até o momento da sua aferição.

Percentuais pré-definidos

Impactos Free-flow*

- Inadimplência

Desapropriação

- Compartilhamento do que exceder do montante previsto no contrato:
 - 80% poder concedente
 - 20% Concessionária

Riscos Residuais

- Os riscos serão partilhados entre a Concessionária e o Poder Concedente somente se o total da somatória dos seus impactos exceder 2% da Receita Tarifária bruta anual em um Único Ano de Concessão

Condicionantes das licenças ambientais

- Compartilhamento dos riscos associados à variação nos custos e investimentos para cumprir as condicionantes das licenças, permissões e autorizações da Concessão do que exceder do montante previsto no contrato:
 - 80% poder concedente
 - 20% Concessionária

NOVA POLÍTICA DE OUTORGAS: SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL



1% de recurso para infraestrutura resiliente
alocadas nos recursos vinculados + 1,5% já
previsto na tarifa para sustentabilidade ambiental

Diretrizes Ambientais

Busca por alternativas sustentáveis de coleta e descarte de recursos para a redução do impacto no meio ambiente

Mitigação das mudanças climáticas por meio da redução na emissão de poluentes (GEE)

Incentivo à eficiência energética e uso de fontes de energia renováveis

Conservação da fauna e flora e mitigação de danos ao ecossistema



SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL CONCESSÕES DE RODOVIAS

Infraestrutura Resiliente



Portaria N° 622, de 28 de junho de 2024

Previsão do percentual de 1% na Modelagem Econômica Financeira - MEF, para que a concessionária detalhe, estude, e promova ações voltadas à redução de emissões de GEE, ao meio ambiente, a iniciativas de responsabilidade social e à infraestrutura resiliente.

- ✓ Adaptação às Mudanças Climáticas
- ✓ Resposta a Ameaças Emergentes
- ✓ Promoção da Inovação e Tecnologia
- ✓ Redução de Riscos e Custos
- ✓ Sustentabilidade e Conservação de Recursos
- ✓ Segurança e Continuidade Operacional
- ✓ Crescimento Econômico e Desenvolvimento Social

SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL CONCESSÕES DE RODOVIAS

Diretrizes dos padrões de desempenho da International Finance Corporation (IFC)



- ✓ Investimentos previstos no Modelo Econômico Financeiro - MEF que, em média, correspondem a 1,5% da Tarifa Básica de Pedágio
- ✓ Avaliação e Gestão de Riscos e Impactos Socioambientais
- ✓ Condições de Trabalho e Emprego
- ✓ Eficiência de Recursos e Prevenção da Poluição
- ✓ Saúde e Segurança da Comunidade
- ✓ Aquisição de Terra e Reassentamento Involuntário
- ✓ Conservação da Biodiversidade e Gestão Sustentável dos Recursos Naturais Vivos
- ✓ Povos Indígenas
- ✓ Patrimônio Cultural



GRANDES NÚMEROS

Concessões de Rodovias

2023
+
2024



em 2023

2 Leilões
1.077 km

R\$ 27,3 bi TOTAL
◦ R\$ 19,1 bi CAPEX
◦ R\$ 8,2 bi OPEX

694 km
Em duplicação

217 km
Em Faixa Adicional



em 2024

7 Leilões
3.221 km

R\$ 81 bi TOTAL
◦ R\$ 48 bi CAPEX
◦ R\$ 33 bi OPEX

951 km
Em duplicação

789 km
Em Faixa Adicional



Total

9 Leilões
4.298 km

R\$ 108,3 bi TOTAL
◦ R\$ 67,1 bi CAPEX
◦ R\$ 41,2 bi OPEX

1.645 km
Em duplicação

1.006 km
Em Faixa Adicional

GRANDES NÚMEROS

Concessões de Rodovias

em
2025



15 Leilões

8.449 km



R\$ 161 bi TOTAL

R\$ 94 bi CAPEX

R\$ 68 bi OPEX

12 Leilões

6.805 km

R\$ 71 bi CAPEX

R\$ 53 bi OPEX

1.366 km

Em duplicação

1775 km

Em Faixa Adicional

3 Processos competitivos:

Leilões de Otimização contratual
1.643 km

R\$ 23 bi CAPEX

R\$ 15 bi OPEX

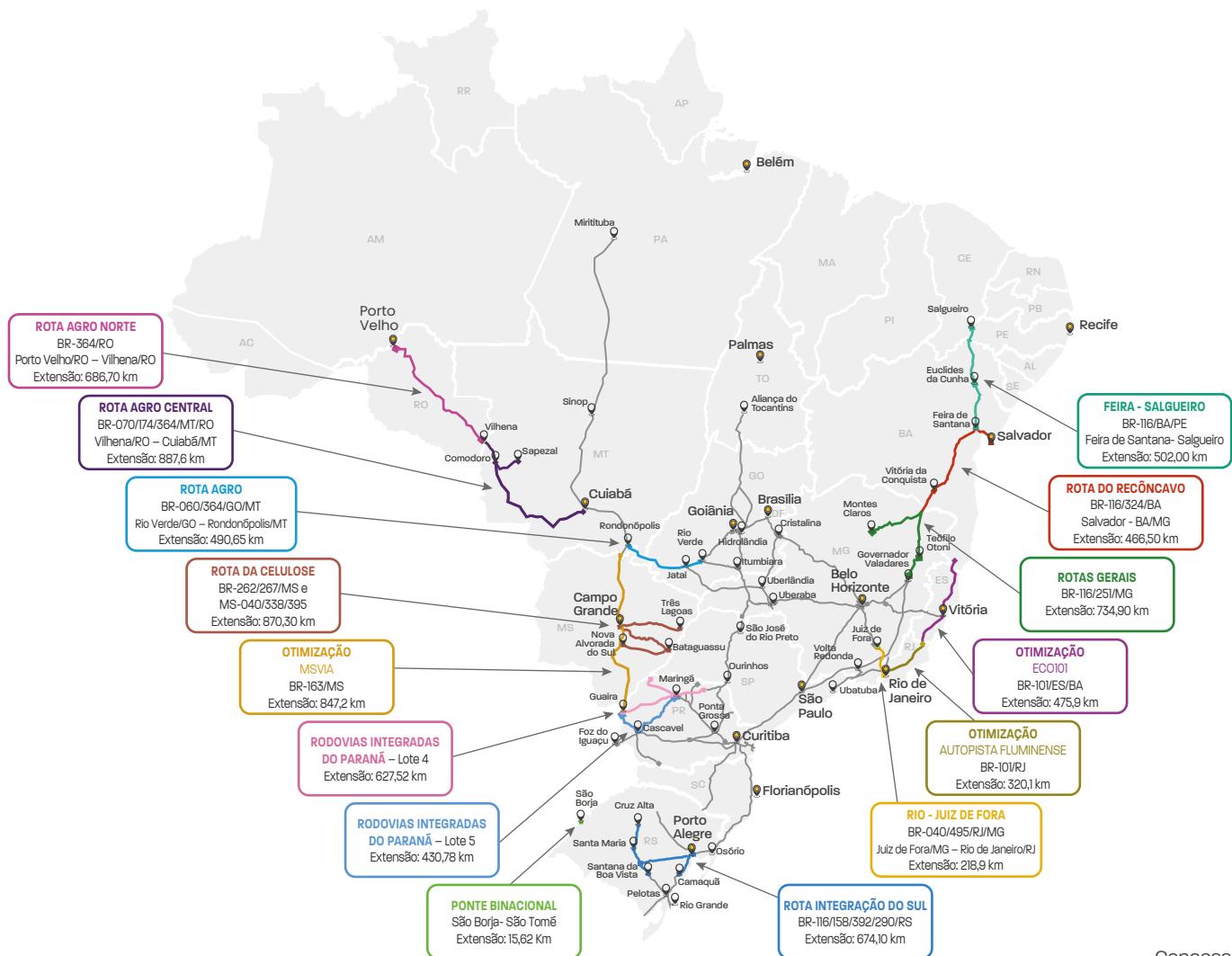
417 km

Em duplicação

1.080 km

Em Faixa Adicional

MAPA CARTEIRA 2025



Concessões
vigentes

BR-364/RO



ROTA AGRO NORTE

A concessão da BR-364/RO está inserida no Estado de Rondônia, de Porto Velho à Divisa do estado com o Mato Grosso. O trecho contempla os acessos aos principais portos e faz a ligação entre o oeste de Mato Grosso e os estados de Rondônia e Acre, sendo feito o transporte de Granéis Sólidos Agrícolas para escoamento por Porto Velho/RO pelo rio Madeira, além das demais cargas que chegam agora mais diretamente à região, sem passar pelo rio Amazonas e chegar a Porto Velho/RO de balsa.



STATUS: Edital Publicado

	Trecho Porto Velho/RO – Vilhena/RO		Extensão 686,70 km		Duplicação: 107,57 km Faixas Adicionais: 190,60 km Acesso: 34,45 km Marginais: 17,79 km Praças a implantar: 7 Praças existentes: 0 Pórticos a implantar: 0	Obras relevantes: 58 dispositivos e interseções (novos e remodelados), 24 passarelas de pedestres (novas e remodeladas), 18 travessias em nível e 3 pontos de Parada de Descanso
	Capex R\$ 6,35 bi R\$ 2,90 bi (VPL)		Opex R\$ 3,88 bi R\$ 1,06 bi (VPL)		WACC 11,17% a.a. Atualizado quando publicado o edital	CAPEX/Km (milhões/km): R\$ 9,20 OPEX/Km (milhões/km): R\$ 5,62 Custos Manutenção (milhões/ano/faixa): R\$ 0,0809 Custos duplicação (milhões/km): R\$ 5,20 Fluxo de Caixa Acumulado: R\$ 11,78 bilhões Receita Bruta: R\$ 23,76 bilhões Receita Bruta (VPL): R\$ 6,07 bilhões CAGR Tráfego: Em revisão
	TKM (PS) 0,1911		Cargas Gerais Containerizáveis (CGC) Granéis Sólidos Agrícolas (GSA)		CAPEX/Receita (VPL): 48% VEQ/dia/práça: 11.221	Ciclo de Obras: 30 ano ao 80 ano Capital Social Mínimo Obrigatório: R\$ 457 milhões
	Edital Novembro/24		Data-base: jan/24		Garantia da Proposta: R\$ 55 milhões Garantia de Execução do Contrato: R\$ 304 milhões	20 Ano 30 Ano 40 Ano 50 Ano 60 Ano 70 Ano 80 Ano
	Leilão 27/02/25				254,57 542,75 687,78 893,85 761,41 340,64 257,26	CAPEX em Milhões

PONTE SÃO BORJA/BRA A SANTO TOMÉ/ARG E CUF

Prestação de serviços públicos para a exploração, operação, gestão e investimentos para conservação e ampliação da Ponte Rodoviária sobre o Rio Uruguai, entre as cidades de São Borja e Santo Tomé (Ponte Internacional), de seus acessos rodoviários em ambos os lados e do Centro.

STATUS: Edital em Ajustes

Trecho Fronteiriço
São Borja/BRA a Santo Tomé/ARG

Capex
US\$ 31,5 Mi
US\$ 19 million (NPV)

Edital
31/01/25

Leilão
04/04/25

↔ Extensão
15,62 Km

⟳ Opex
US\$ 67,5 Mi
US\$ 27 million (NPV)

📦 23% do comércio entre Brasil e Argentina

🚜 Restauração, melhoria e ampliação:
-Ponte e acessos
-CUF

CAPEX/Km (milhões/km): **US\$ 2,02**
OPEX/Km (milhões/km): **US\$ 4,32**
Fluxo de Caixa Acumulado: **US\$ 122 milhões**
Receita Bruta: **US\$ 338 milhões**
Receita Bruta (VPL): **US\$ 126 milhões**
CAGR Tráfego: **2,75% a.a**

LEILÃO
Critério: **Maior valor de Outorga**
Valor mínimo de Outorga:
US\$ 40,8 mi
-50% para o Brasil em parcela única
-50% para a Argentina em 25 parcelas



Data-base: abr/23

CAPEX/Receita (VPL): 15%
Tarifa de Pedágio: **A partir de US\$ 13,63**

Demandas/dia: 840
Ciclo de Obras: **10 ano ao 50 ano**
Capital Social Mínimo Obrigatório:
Em Revisão

Garantia da Proposta: **Em Revisão**
Garantia de Execução do Contrato: **US\$ 203 mil**

10 Ano	20 Ano	30 Ano	40 Ano	50 Ano
2,56	4,57	4,34	5,17	3,66

CAPEX em Milhões



BR-040/495/RJ/MG



RIO - JUIZ DE FORA

Trecho rodoviário atualmente concedido, faz a ligação entre o Rio de Janeiro e o Estado de Minas Gerais, além de conectar importantes cidades turísticas cariocas, como Petrópolis e Teresópolis.

A rodovia dá acesso ao Porto do Rio de Janeiro, que movimentou aproximadamente 10 milhões de toneladas de janeiro à novembro de 2023, sendo 6,8 milhões de toneladas em cargas conteinerizadas.

STATUS: Edital Publicado



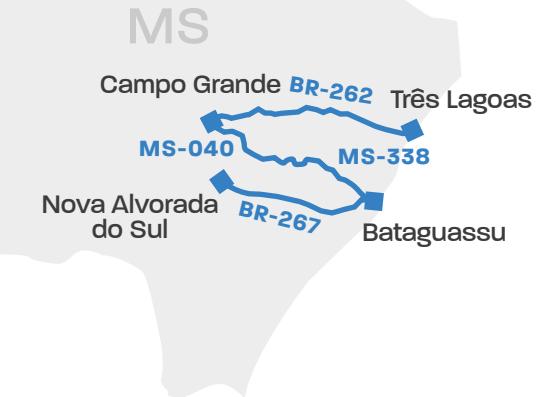
	Trecho Juiz de Fora/MG – Rio de Janeiro/RJ		Extensão 218,9 km		Duplicação: 13,13 km Faixas Adicionais: 86,61 km Contorno: Não há Marginais: 14,67 km Praças a implantar: 1 Praças existentes: 2 Pórticos a implantar: 0	Obras relevantes: 38 dispositivos e interseções (novas passarelas), 12 passarelas de pedestres (novas e remodeladas), 3 túneis e 1 ponto de Parada de Descanso		
	Capex R\$ 5,02 bi R\$ 2,41 bi (VPL)		Opex R\$ 3,82 bi R\$ 1,05 bi (VPL)		Estimativa de empregos 72.771 (direto, indireto, efeito-renda)	CAPEX/Km (milhões/km): 22,94 OPEX/Km (milhões/km): 17,46 Custos Manutenção (milhões/ano/faixa): R\$ 0,1894 Custos duplicação (milhões/km): R\$ 4,78 Fluxo de Caixa Acumulado: R\$ 5,70 bilhões Receita Bruta: R\$ 20,14 bilhões Receita Bruta (VPL): R\$ 4,91 bilhões CAGR Tráfego: 1,62% a.a.		
	TKM (PS) 0,3351		Cargas Gerais Conteinerizáveis (CGC) Outros Granéis Sólidos Minerais (OGSM)		CAPEX/Receita (VPL): 49% VEQ/dia/práça: 20.655	Ciclo de Obras: 30 ano ao 70 ano Capital Social Mínimo Obrigatório: R\$ 268,20 milhões		
	Edital 20/01/25		Data-base: jan/23		Garantia da Proposta: R\$ 49 milhões Garantia de Execução do Contrato: R\$ 246 milhões			
	Leilão 30/04/25			30 Ano 393,91	40 Ano 761,12	50 Ano 1020,06	60 Ano 667,89	70 Ano 185,98
				CAPEX em Milhões				

BR-262/267/MS E MS-040/338/395

ROTA DA CELULOSE

Projeto em parceria com o Governo do Estado do Mato Grosso do Sul, a Rota da Celulose é formada por importantes rodovias para o transporte da produção industrial e a cadeia produtiva de celulose no leste do estado, bem como para o escoamento da produção agroindustrial do Centro-Oeste. Este sistema integrará a Rota Bioceânica, ligando os oceanos Atlântico e Pacífico, e abrirá novas oportunidades de exportação e importação, conectando o Brasil aos mercados da Ásia e América do Norte.

STATUS: Edital em Ajustes



	Trecho BR-262/267/MS e MS-040/338/395		Extensão 870,30 km		Duplicação: 146,63 km Faixas Adicionais: 245,39 km Contorno: 35,41 Marginais: 11,63 km Praças a implantar: 0 Praças existentes: 0 Pórticos a implantar: 12	Obras relevantes: 90 dispositivos e interseções (novos e remodelados), 16 passarelas de pedestres (novas e remodeladas) e 3 pontos de Parada de Descanso
	Capex R\$ 5,91 bi R\$ 2,62 bi (VPL)		Opex R\$ 3,68 bi R\$ 1,09 bi (VPL)		CAPEX/Km (milhões/km): R\$ 6,79 OPEX/Km (milhões/km): R\$ 4,23 Custos Manutenção (milhões/ano/faixa): R\$ 0,1033 Custos duplicação (milhões/km): R\$ 3,67 Fluxo de Caixa Acumulado: R\$ 5,62 bilhões Receita Bruta: R\$ 19,85 bilhões Receita Bruta (VPL): R\$ 4,94 bilhões CAGR Tráfego: Em Revisão	
	WACC 10,37% a.a. Atualizado quando publicado o edital		Estimativa de empregos 85.628 (direto, indireto, efeito-renda)		Cargas Gerais Containerizáveis (CGC)	
	TKM (PS) 0,1613					
	Edital Janeiro/25		CAPEX/Receita (VPL): 53% VEQ/dia/práça: 10.717		Ciclo de Obras: 20 ano ao 80 ano Capital Social Mínimo Obrigatório: Em Revisão	Garantia da Proposta: Em Revisão Garantia de Execução do Contrato: Em Revisão
	Leilão Maio/25	Data-base: out/23	20 Ano 30 Ano 40 Ano 50 Ano 60 Ano 70 Ano 80 Ano		427,61 419,14 527,20 426,94 229,89 167,48 97,31	

Capex em R\$ Bi

BR-060/364/GO/MT



ROTA AGRO

O projeto está inserido nos estados de Mato Grosso e Goiás, contemplando a cidade de Rondonópolis/MT, localizada na região Sudeste do estado, a 210 km da capital Cuiabá, com 245 mil habitantes e o segundo maior PIB do estado.

Rondonópolis se localiza no entroncamento das Rodovias BR-163 e BR-364, vias que transportam a produção agrícola e industrial para os grandes centros metropolitanos e portos do Brasil. Nos últimos anos diversas indústrias se instalaram no município.

STATUS: TCU

Trecho Rio Verde/GO – Rondonópolis/MT	Extensão 490,65 km	Duplicação: 45,62 km Faixas Adicionais: 179,69 km Contorno: 7,85 Marginais: 13,56 km Praças a implantar: 5 Praças existentes: 0 Pórticos a implantar: 0	Obras relevantes: 32 dispositivos e interseções (novos e remodelados), 4 passarelas de pedestres (novas e remodeladas), 11 travessias em nível e 2 pontos de Parada de Descanso
Capex R\$ 4,28 bi R\$ 2,20 bi (VPL)	Opex R\$ 2,61 bi R\$ 869 milhões (VPL)	Estimativa de empregos 62.012 (direto, indireto, efeito-renda)	CAPEX/Km (milhões/km): R\$ 8,74 OPEX/Km (milhões/km): R\$ 5,33 Custos Manutenção (milhões/ano/faixa): R\$ 0,0787 Custos duplicação (milhões/km): R\$ 5,86 Fluxo de Caixa Acumulado: R\$ 6,43 bilhões Receita Bruta: R\$ 14,39 bilhões Receita Bruta (VPL): R\$ 4,15 bilhões CAGR Tráfego: Em revisão
TKM (PS) 0,1372	Granéis Sólidos Agrícolas (GSA)	CAPEX/Receita (VPL): 53% VEQ/dia/práça: 13.210	Ciclo de Obras: 30 ano ao 70 ano Capital Social Mínimo Obrigatório: R\$ 412 milhões
Edital Maio/25	Data-base: jan/23	30 Ano 682,25	Garantia da Proposta: R\$ 42 milhões Garantia de Execução do Contrato: R\$ 207 milhões
Leilão Agosto/25		40 Ano 320,53	40 Ano 536,90
		50 Ano 439,63	50 Ano 221,43
		60 Ano	60 Ano
		70 Ano	70 Ano

LOTE 4

RODOVIAS INTEGRADAS DO PARANÁ

O Lote 4 é formado por importantes rodovias, transversais e diagonais, que interligam o estado do Paraná a São Paulo, Mato Grosso do Sul e Paraguai. O trecho da BR-369 é um importante corredor de escoamento de produtos da agricultura, pecuária e indústria entre o Estado do Paraná e São Paulo. Já o trecho da BR-376 é conhecido como rodovia do café.

STATUS: TCU



Trecho
BR-272/369/376/PR e PR-182/272/317/323/444/862/897/986

Capex
R\$ 10,91 bi
R\$ 4,98 bi (VPL)

WACC
11,17% a.a.
Atualizado quando publicado o edital

TKM (PS)
0,1638

Edital
Maio/25

Leilão
Setembro/25

↔ Extensão
627,52 km

Opex
R\$ 7,33 bi
R\$ 2,00 bi (VPL)

Estimativa de empregos
158.072
(direto, indireto, efeito-renda)

**Cargas Gerais
Conteinerizáveis (CGC)
Granéis Sólidos
Agrícolas (GSA)**

CAPEX/Receita (VPL): **50%**
VEO/dia/pração: **21.449**

Duplicação: **239,63 km**
Faixas Adicionais: **87,11 km**
Contorno: **59,13**
Marginais: **39,49**
Praças a implantar: **5**
Praças existentes: **4**
Pórticos a implantar: **0**

CAPEX/Km (milhões/km): **17,39**
OPEX/Km (milhões/km): **11,68**
Custos Manutenção (milhões/ano/faixa): **0,1811**
Custos duplicação (milhões/km): **5,41**
Fluxo de Caixa Acumulado: **R\$ 13,33 bilhões**
Receita Bruta: **R\$ 44,17 bilhões**
Receita Bruta (VPL): **R\$ 9,92 bilhões**
CAGR Tráfego: **2,57% a.a.**

Obras relevantes: **129 dispositivos e interseções (novos e remodelados), 39 passarelas de pedestres (novas e remodeladas) e 2 pontos de Parada de Descanso**

Ciclo de Obras: **30 ano ao 80 ano**
Capital Social Mínimo
Obrigatório: **R\$ 543 milhões**

Garantia da Proposta: **R\$ 99 milhões**
Garantia de Execução do Contrato:
R\$ 496 milhões

30 Ano	40 Ano	50 Ano	60 Ano	70 Ano	80 Ano
974,71	807,54	1174,37	1161,82	1086,80	831,32

CAPEX em Milhões



Data-base: jan/24

LOTE 5

RODOVIAS INTEGRADAS DO PARANÁ

O Lote 5 é formado por importantes rodovias, que passam por grandes áreas de produção de produtos da agricultura, da pecuária e da indústria do Estado do Paraná. Faz ligação com importantes estados, o Mato Grosso do Sul, São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, além do Paraguai.

STATUS: TCU



PR

	Trecho BR-158/163/369/467/PR e PR-317		Extensão 430,78 km		Duplicação: 238,57 km Faixas Adicionais: Não há Contorno: 3,17 Marginais: 19,99 Praças a implantar: 2 Praças existentes: 3 Pórticos a implantar: 0	Obras relevantes: 69 dispositivos e interseções (novos e remodelados) , 5 passarelas de pedestres (novas e remodeladas) e 1 ponto de Parada de Descans
	Capex R\$ 6,51 bi R\$ 2,77 bi (VPL)		Opex R\$ 5,12 bi R\$ 1,43 bi (VPL)		CAPEX/Km (milhões/km): R\$ 15,11 OPEX/Km (milhões/km): R\$ 11,88 Custos Manutenção (milhões/ano/faixa): R\$ 0,2004 Custos duplicação (milhões/km): R\$ 5,02 Fluxo de Caixa Acumulado: R\$ 6,98 bilhões Receita Bruta: R\$ 25,46 bilhões Receita Bruta (VPL): R\$ 5,85 bilhões CAGR Tráfego: 1,94% a.a	
	WACC 11,17% a.a. Atualizado quando publicado o edital		Estimativa de empregos 94.321 (direto, indireto, efeito-renda)		CAPEX/Receita (VPL): 47% VEO/dia/práça: 20.315	Ciclo de Obras: 30 ano ao 70 ano Capital Social Mínimo Obrigatório: R\$ 284 milhões
	TKM (PS) 0,1675		Cargas Gerais Conteinerizáveis (CGC) Granéis Sólidos Agrícolas (GSA)		Garantia da Proposta: R\$ 59 milhões Garantia de Execução do Contrato: R\$ 293 milhões	
	Edital Maio/25		Data-base: jan/24		30 Ano 40 Ano 50 Ano 60 Ano 70 Ano 610,00 606,91 619,11 621,36 467,45	CAPEX em Milhões

BR-116/PE/BA

FEIRA - SALGUEIRO

O trecho da BR-116/BA/PE liga o anel rodoviário de Feira de Santana, na Bahia, a Salgueiro, em Pernambuco. Este segmento, que atravessa 16 municípios, é fundamental para a integração regional e o fortalecimento da logística na região Nordeste.



STATUS: Audiência Pública

	Trecho Feira de Santana/BA – Salgueiro/PE		Extensão 502,00 km		Duplicação: 1,68 km Faixas Adicionais: 5,16 Contorno: Não há Marginais: 29,12 Praças a implantar: 5 Praças existentes: 0 Pórticos a implantar: 0		Obras relevantes: 35 dispositivos e interseções (novas e remodelados), 14 passarelas de pedestres (novas e remodeladas) e 1 ponto de Parada de Descanso
	Capex R\$ 3,05 bi R\$ 1,54 bi (VPL)		Opex R\$ 4,58 bi R\$ 1,51 bi (VPL)		Estimativa de empregos 44.190 (direto, indireto, efeito-renda)		CAPEX/Km (milhões/km): R\$ 6,08 OPEX/Km (milhões/km): R\$ 9,12 Custos Manutenção (milhões/ano/faixa): R\$ 0,06 Custos duplicação (milhões/km): R\$ 6,41 Fluxo de Caixa Acumulado: R\$ 3,65 bilhões Receita Bruta: R\$ 15,03 bilhões Receita Bruta (VPL): R\$ 4,02 bilhões CAGR Tráfego: 2,17% a.a.
	TKM (PS) 0,089		Em revisão		CAPEX/Receita (VPL): 38% VEQ/dia/práça: 18.948		Ciclo de Obras: 30 Ano ao 100 Ano
	Edital Junho/25		Capital Social Mínimo		Garantia da Proposta: R\$ 40 milhões		Garantia de Execução do Contrato: R\$ 201 milhões
	Leilão Outubro/25		30 Ano 40 Ano 50 Ano 60 Ano 70 Ano 80 Ano 90 Ano 100 Ano	422,55 358,44 286,49 268,48 320,38 43,56 16,67 19,68	CAPEX em Milhões		

BR-116/251/MG

ROTAS GERAIS

O trecho localizado em Minas Gerais, abrange trechos das rodovias BR-116 e BR-251, conectando 24 municípios, sendo sete pela BR-251 e 17 pela BR-116. Cachoeira de Pajeú é um ponto em comum entre as duas rodovias, que desempenham papel estratégico na mobilidade e integração logística do estado.

STATUS: Audiência Pública



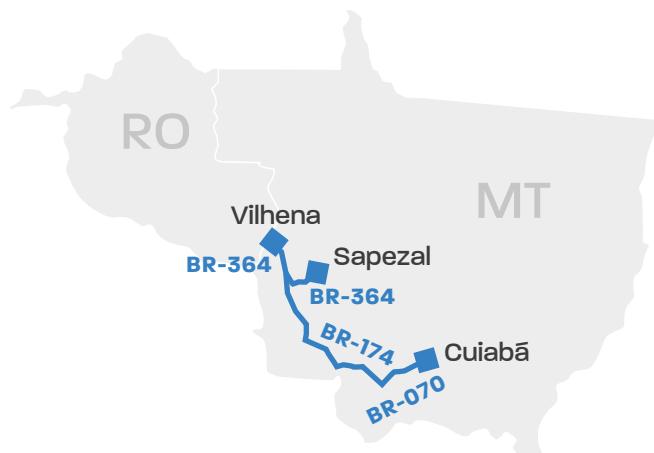
	Trecho Montes Claros/MG – Gov. Valadares/MG		Extensão 734,90 km		Duplicação: 178,47 km Faixa Adicional: 255,29 Contorno: 16,87 Marginais: 13,01 Praças a implantar: 9 Praças existentes: 0 Pórticos a implantar: 0	Obras relevantes: 97 dispositivos e interseções (novos e remodelados), 36 passarelas de pedestres (novas e remodeladas) e 2 pontos de Parada de Descanso			
	Capex R\$ 7,18 bi R\$ 3,31 bi (VPL)		Opex R\$ 5,01 bi R\$ 1,25 bi (VPL)		CAPEX/Km (milhões/km): R\$ 9,77 OPEX/Km (milhões/km): R\$ 6,81 Custos Manutenção (milhões/ano/faixa): R\$ 0,07 Custos duplicação (milhões/km): R\$ 9,57 Fluxo de Caixa Acumulado: R\$ 11,63 bilhões Receita Bruta: R\$ 33,91 bilhões Receita Bruta (VPL): R\$ 6,53 bilhões CAGR Tráfego: 1,73% a.a.				
	WACC 12,60% a.a. Atualizado quando publicado o edital		Estimativa de empregos 104.029 (direto, indireto, efeito-renda)						
	TKM (PS) 0,1786		Em revisão						
	Edital Agosto/25		CAPEX/Receita (VPL): 51% VEO/dia/práça: 15.352	Ciclo de Obras: 30 Ano ao 80 Ano	Capital Social Mínimo	Garantia da Proposta: R\$ 65 milhões			
	Leilão Novembro/25	Data-base: abr/23		Obrigatório: R\$ 406 milhões	Obrigatório: R\$ 327 milhões	Garantia de Execução do Contrato:			
				30 Ano 879,91	40 Ano 1091,89	50 Ano 845,16	60 Ano 957,10	70 Ano 829,23	80 Ano 147,61
			CAPEX em Milhões						

BR-070/174/364/ MT/RO



ROTA AGRO CENTRAL

Corredor para exportação de grãos pelo Arco Norte, as rodovias BR-070/174/364 conectam as áreas de produção, no Estado do Mato Grosso, e os portos exportadores, a partir da capital Porto Velho. De acordo com dados do MDIC, a exportação de soja, milho e algodão, pelos portos do Arco Norte, saltou de 16% (2012) para 36% (2022). Os volumes envolvidos, passaram de 10 milhões de toneladas em 2012 para mais de 50 milhões de toneladas em 2022.



STATUS: Audiência Pública

Trecho Vilhena/RO – Cuiabá/MT	Extensão 887,6 km	Duplicação: 39,05 km Faixas Adicionais: 280,66 km Contorno: Não há Marginais: 12,37 Praças a implantar: 7 Praças existentes: 0 Pórticos a implantar: 0	Obras relevantes: 59 dispositivos e interseções (novos), 4 passarelas de pedestres (novas), 13 travessias em nível e 4 pontos de Parada de Descanso
Capex R\$ 3,81 bi R\$ 1,95 bi (VPL)	Opex R\$ 3,95 bi R\$ 1,36 bi (VPL)	Estimativa de empregos 55.202 (direto, indireto, efeito-renda)	CAPEX/Km (milhões/km): R\$ 4,29 OPEX/Km (milhões/km): R\$ 4,45 Custos Manutenção (milhões/ano/faixa): R\$ 0,0421 Custos duplicação (milhões/km): R\$ 3,13 Fluxo de Caixa Acumulado: R\$ 3,09 bilhões Receita Bruta: R\$ 14,14 bilhões Receita Bruta (VPL): R\$ 4,36 bilhões CAGR Tráfego: Em revisão
TKM (PS) 0,1242	Granéis Sólidos Agrícolas (GSA)		
Edital Agosto/25	Data-base: out/20	CAPEX/Receita (VPL): 45% VEQ/dia/práça: 9.732	Ciclo de Obras: 20 Ano ao 80 Ano Capital Social Mínimo Obrigatório: R\$ 448 milhões
Leilão Dezembro/25		20 Ano 30 Ano 40 Ano 50 Ano 60 Ano 70 Ano 80 Ano 190,49 292,58 406,24 321,33 181,78 171,91 180,90	Garantia da Proposta: R\$ 44 milhões Garantia de Execução do Contrato: R\$ 218 milhões

BR-116/158/392/ 290/RS



ROTA INTEGRAÇÃO DO SUL

O trecho em estudo conecta Porto Alegre (Leste) a Uruguaiana (Oeste) e Panambi (Norte) à malha viária regional. Essas rodovias interligam importantes municípios do estado, formando uma rede essencial para a economia local e o escoamento da produção.



STATUS: Audiência Pública

Trecho Camaqua - Porto Alegre - Cruz Alta - Sta. Maria - Santana da Boa Vista	Extensão 674,10 km	Duplicação: Em revisão Faixas Adicionais: 250,57 Contorno: Não há Marginais: 62,65 Praças a implantar: 12 Praças existentes: 1 Pórticos a implantar: 0	Obras relevantes: 96 dispositivos e interseções (novos e remodelados) , 13 passarelas de pedestres (novas e remodeladas) e 2 pontos de Parada de Descanso				
Capex R\$ 4,41 bi R\$ 2,67 bi (VPL)	Opex R\$ 4,74 bi R\$ 1,64 bi (VPL)	Estimativa de empregos 63.895 (direto, indireto, efeito-renda)	CAPEX/Km (milhões/km): R\$ 6,53 OPEX/Km (milhões/km): R\$ 7,03 Custos Manutenção (milhões/ano/faixa): R\$ 0,04 Custos duplicação (milhões/km): Em revisão Fluxo de Caixa Acumulado: 4,99 bilhões Receita Bruta: R\$ 18,99 bilhões Receita Bruta (VPL): R\$ 5,78 bilhões CAGR Tráfego: Em revisão				
TKM (PS) 0,1154	Em revisão						
Edital Setembro/25	Data-base: out/20	CAPEX/Receita (VPL): 46% VEQ/dia/práça: 16.927	Ciclo de Obras: 30 ano ao 80 ano Capital Social Mínimo Obrigatório: R\$ 689 milhões Garantia da Proposta: R\$ 58 milhões Garantia de Execução do Contrato: R\$ 289 milhões				
Leilão Dezembro/25		30 Ano 583,55	40 Ano 617,40	50 Ano 553,99	60 Ano 329,66	70 Ano 185,64	80 Ano 144,22

BR-116/324/BA

RODOVIAS DO RECÔNCAVO

O trecho da rodovia conecta Salvador, capital da Bahia, a Feira de Santana e segue até a divisa entre Bahia e Minas Gerais. É essencial para a logística nacional, integrando o Nordeste ao Sudeste, e desempenha um papel estratégico no transporte de cargas e passageiros, além de impulsionar o desenvolvimento econômico regional.

STATUS: Estudo



Trecho BR-101/116/324/BA	Extensão 466,50 km	Duplicação: Em elaboração Faixa Adicional: Em elaboração Contorno: Em elaboração Marginais: Em elaboração Praças a implantar: Em elaboração	Praças existentes: Em elaboração Pórticos a implantar: Em elaboração Obras relevantes: Em elaboração
Capex R\$ 13,60 bi	Opex R\$ 7,33 bi	Estimativa de empregos Em elaboração (direto, indireto, efeito-renda)	CAPEX/Km (milhões/km): Em elaboração OPEX/Km (milhões/km): Em elaboração Custos Manutenção (milhões/ano/faixa): Em elaboração Custos duplicação (milhões/km): Em elaboração Fluxo de Caixa Acumulado: Em elaboração Receita Bruta: Em elaboração Receita Bruta (VPL): Em elaboração CAGR Tráfego: Em elaboração
WACC Em elaboração Atualizado quando publicado o edital	TKM PS / PD Em elaboração	Em elaboração	
Edital Setembro/25	Data-base: Em elaboração	CAPEX/Receita (VPL): Em elaboração VEQ/dia/práça: Em elaboração	Ciclo de Obras: Em elaboração Capital Social Mínimo Obrigatório: Em elaboração
Leilão Dezembro/25		10 Ano 20 Ano 30 Ano 40 Ano 50 Ano 60 Ano 70 Ano	Garantia da Proposta: Em elaboração Garantia de Execução do Contrato: Em elaboração

CRONOGRAMA 2025

PROJETOS		Estrut.	2024	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
				25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25
01	BR-364/RO Porto Velho/RO - Vilhena/RO Rota Agro Norte	BNDES	Edital 01/11			Leilão 27/02									
02	Ponte Binacional São Borja - São Tomé	INFRA			Edital 31/01				Leilão 04/04						
03	BR-040/495/RJ/MG Juiz de Fora/MG - Rio de Janeiro/RJ	INFRA	TCU 05/06	Edital 20/01					Leilão 30/04						
04	BR-262/267/MS e MS - 040/338/395 Rota da Celulose	CONVÊNIO DE DELEGAÇÃO		Edital						Leilão					
05	BR-163/MS Otimização MSVIA	OTIMIZAÇÃO	CP 18/12		Edital					Leilão					
06	BR-101/RJ Otimização Autopista Fluminense	OTIMIZAÇÃO	CP 17/12		Edital						Leilão				
07	BR-101/ES/BA Otimização ECO101	OTIMIZAÇÃO	CP 11/12	Edital							Leilão				
08	BR-060/364/GO/MT Ribeirão das Neves/GO - Rondonópolis/MT Rota Agro	BNDES	TCU 08/07						Edital			Leilão			
09	Rodovias Integradas do Paraná - Lote 4	INFRA	TCU 14/11							Edital				Leilão	
10	Rodovias Integradas do Paraná - Lote 5	INFRA	TCU 14/11						Edital				Leilão		
11	BR-116/BA/PE Feira de Santana - Salgueiro	BNDES	AP 21/11		TCU					Edital				Leilão	
12	BR-116/251/MG Montes Claros - Governador Valadares Rotas Gerais	BNDES	AP 19/12			TCU					Edital				Leilão
13	BR-070/174/364/MT/RO Vilhena/RO - Cuiabá/MT Rota Agro Central	BNDES				TCU					Edital				Leilão
14	BR-116/158/392/290/RS Campos - Porto Alegre - Cruz Alta - Sta. Maria - Santana da Boa Vista Rota Integração do Sul	BNDES				TCU					Edital				Leilão
15	BR-116/324/BA Salvador - Feira de Santana - Divisa BA/MG Rota do Recôncavo	INFRA			AP			TCU				Edital			Leilão

CP: Consulta Pública

AP: Audiência Pública

TCU: Envio ao Tribunal de Contas da União

Edital: Publicação do edital de licitação

Leilão: Realização da sessão pública de leilão